

O Globo, 13 de maio de 2021

É inadmissível que universidades públicas corram risco de fechar

Por: Editorial

Em artigo publicado semana passada no GLOBO, a reitora e o vice-reitor da UFRJ, Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha, afirmaram que a universidade terá de paralisar as atividades em julho, em virtude da falta de verbas. Situação semelhante vivem as universidades federais em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Juiz de Fora e Brasília.

O orçamento liberado até agora para gastos discricionários das federais é de R\$ 2,6 bilhões, equivalente ao total de 2004, quando elas eram 51 instituições e tinham menos da metade do 1,3 milhão de alunos que se distribuem hoje por 69. Mesmo se liberada a verba retida, o total chegaria a R\$ 4,3 bilhões, patamar de 2006, quando havia 54 universidades. Nos últimos 11 anos, houve corte de 37% nas despesas discricionárias, que incluem pagamento das contas de água, luz, segurança, além de bolsas de estudo e programas de auxílio estudantil.

Exemplo do aperto é a Unifesp, Universidade Federal de São Paulo. Seu orçamento foi cortado em 20%, e, na redistribuição das verbas, restaram apenas R\$ 21,1 milhões para o custeio básico: contas de luz, água, limpeza, manutenção e segurança, suficientes, como na URFJ, apenas até julho.

É uma lástima que tenham sido sucateados os centros produtores de ideias e conhecimentos, essenciais não só para o futuro do país, mas no próprio presente. Evidente que é preciso socorrer com urgência as universidades federais, para que não se interrompam cursos nem pesquisas e atividades fundamentais neste momento de pandemia.

Deve-se entender, contudo, que a situação atual resulta da opção por um modelo de gestão errado, em que os gastos com ensino e pesquisa produtivos acabam pressionados pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento de funcionários da ativa e aposentados. Até hoje as universidades públicas resistem a práticas comuns em instituições privadas

ou no exterior, como remuneração atrelada a produtividade e desempenho, garantia de estabilidade apenas às categorias em que ela é essencial para manutenção da independência acadêmica e outras medidas que permitiriam liberar recursos para usar onde são necessários.

O resultado, segundo o último relatório de educação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados de 2017, é que o gasto público com ensino superior aumentou 85% no Brasil entre 2005 e 2017. O Estado brasileiro investe 1,1% do PIB em educação universitária, 10% acima da média da OCDE. Dos gastos totais do governo, 3,6% são destinados ao ensino superior, ante média de 2,1% na OCDE e 1,8% — metade — na União Europeia.

Desse total, 71% representam despesa com pessoal, ante média de 67% na OCDE. Claro que é essencial garantir recursos para a sobrevivência imediata das universidades federais. Mas é urgente, também, que elas próprias entendam que não há como um estado em crise fiscal aguda manter o nível de financiamento nos padrões a que se habituaram. Será preciso rever esse modelo — e é bom começar logo.

Fonte original: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/e-inadmissivel-que-universidades-publicas-correram-risco-de-fechar.html>